

Travessias e sobreposições de apagamentos na 13ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo

Sessão Temática: ST05. Lutas urbanas e práticas insurgentes

Resumo

A 13ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo se constitui a partir da interseccionalidade e da indissociabilidade de temas atreladas à arquitetura e ao território urbano das cidades brasileiras. A compreensão de que temas relativos à colonialidade são estruturantes para a compreensão do contexto urbano atual nortearam o levantamento de lugares, obras e pessoas que figuraram as atividades durante o evento que relacionou as camadas de apagamentos às práticas insurgentes que subvertem esta lógica.

Palavras-chave: corpos, territórios, memória apagada.

Abstract

The 13th São Paulo International Architecture Biennale is based on the intersectionality and inseparability of themes linked to architecture and the urban territory of Brazilian cities. The understanding that themes related to coloniality are structuring for the understanding of the current urban context guided the survey of places, works and people that figured in the activities during the event that related the layers of erasure to insurgent practices that subvert this logic.

Keywords: corpos, territórios, memória apagada.

O edital de co-curadoria para a 13ª edição da Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo lançou como provocação inicial a temática da reconstrução, a partir da ideia de reedificação e renovação das relações sociais e espaciais transformadas durante o confinamento imposto pela pandemia de covid-19. O recorte curatorial proposto pela equipe Travessias refletiu que a pandemia reforçou desigualdades socioespaciais preexistentes, pois no caso da cidade de São Paulo, a maior incidência de contágio e óbitos pertence aos territórios com maior concentração da população negra na cidade. Segundo dados do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade – LabCidade, “do total de trabalhadores e trabalhadoras que conseguiram fazer trabalho remoto, 65% eram brancas” (2020).

Os extremos norte, leste e sul da cidade de São Paulo são majoritariamente formados por população negra, cerca de 60%, enquanto o vetor sudoeste possui porcentagem de população negra igual ou inferior à 15% (2020). Os maiores deslocamentos de população ocorridos em São Paulo durante a pandemia são provenientes de travessias diárias entre os extremos e as áreas de centralidade e refletem as maiores taxas de contaminação e óbitos durante a pandemia.

Compreender, portanto, a realidade urbana após o início da pandemia requeria revisitar os contextos que influenciaram os processos de conformação socioespaciais de cidades brasileiras, bem como, o que desses processos permaneceram como práticas instituídas na contemporaneidade.

O título Travessias fazia menção àquelas realizadas entre África e Brasil e às expulsões da população originária durante a colonização e que originaram deslocamentos contemporâneos entre centro e periferias das cidades brasileiras, assim como, processos de gentrificação que ainda estão atrelados componentes de classe, gênero e raça.

O panorama apresentado pela equipe vencedora do concurso de co-curadoria lançou uma reflexão sobre as dinâmicas de uso e produção de espaços presentes nas cidades brasileiras, compreendendo que esses tecidos urbanos são estruturas marcadas pela fragmentação e descontinuidades físicas ou simbólicas, que têm suas origens enraizadas nos violentos processos de colonização e marcadas pela transferência das conformações de desigualdades e apagamentos praticadas no período. As inúmeras manifestações contemporâneas de opressão, como racismo, sexismo, etnocentrismo, capacitismo, LGBTfobia, individualismo e outras agressões às minorias políticas são processos desencadeados por estruturas intrínsecas à colonização e fundamentados pelas noções de direito e poder sob uma perspectiva racista e discriminatória que segregou (socialmente, politicamente e espacialmente) ou exterminou uma considerável parcela da população.

Apagamentos

A conformação da identidade nacional do Brasil pós-colonial veio imbuída de um pluralismo étnico-cultural (MUNANGA, 2020) que apagou a diversidade de identidades negras, mestiças e indígenas. Algumas práticas ancestrais foram reinterpretadas, diluídas ou soterradas por novas camadas e ideologias impostas pela cultura dominante. Às narrativas históricas hegemônicas, somam-se as camadas de território que foram apropriadas, destruídas e reconstruídas em um eficiente processo de epistemicídio, que conservou apenas culturas e espaços edificados que salvaguardassem as tradições coloniais. O crítico Raymond Williams considera que existe um processo interno às culturas dominantes que seleciona o que seria propriamente tradição, que ele nomeou como *passado importante* ou *tradição seletiva* (2005). “Mas o principal é sempre a seleção, o modo pelo qual, de um vasto campo de possibilidades

do passado e do presente, certos significados e práticas são enfatizados e outros negligenciados e excluídos” (2005, p.217).

A colonização e o imperialismo foram processos de apagamento da diversidade de conhecimentos, saberes e corpos, ocultando e marginalizando técnicas construtivas e práticas culturais que não estivessem dentro do contexto universalista da modernidade. Os saberes originários e as técnicas construtivas ancestrais raramente ocupam espaços de discussão na formação e na produção da arquitetura e do urbanismo, assim como, as leituras de contextos históricos dos territórios poucas vezes se aprofundam nas pesquisas para além de algumas décadas. O resultado são edificações que se erguem na mesma velocidade em que são demolidas, camadas de memória que são apagadas e corpos sujeitados aos constantes processos de expulsões. Esses saberes foram marginalizados, mas a sua compreensão poderia evidenciar relações de alteridade ou relações diferenciais, que seria “um deslocamento do conceito e da prática das noções de conhecimento, ciência, teoria e compreensão articuladas no decorrer do período moderno” (MIGNOLO, 2003, p. 167), seriam, portanto, o oposto dos saberes universalistas modernos.

A conformação socioespacial brasileira durante a colonização é marcada por três séculos de sequestro da população africana e expulsão da população originária que representaram rupturas dos vínculos existentes entre corpos e seus territórios e, da mesma forma, descontextualizaram lugares preexistentes. Desterritorializar significa retirar o território de seu contexto original ou de alguém e as duas formas de desterritorialização fundamentaram processos de colonização em que os povos originários foram dizimados, expulsos ou tiveram o contexto de seu território apagado e a diáspora africana expulsou a população negra de seus territórios originários e apagou vínculos culturais e ancestrais¹. As mesmas trilhas utilizadas pela população indígena para integração com as populações pré-colombianas serviram, antagonicamente, como caminhos para o seu processo de apagamento. A maioria das travessias e pontos nodais de permanência existentes foram apropriados e tiveram os significados originais apagados. E esse processo tornou-se recorrente de modo que, no conjunto de algumas décadas, novos processos de apagamentos se instituíram para que novas camadas de território fossem edificadas.

A Lei de Terras de 1950, coincidente com a Lei Eusébio de Queiroz e o posterior fim do sistema escravista, em 1888, apenas reforçaram desigualdades. A pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca; daí porque a raça se tornou o eixo do grande debate nacional que se travava a

¹ Em 14 de dezembro de 1890, o então ministro da Fazenda, Ruy Barbosa assinou um decreto que obrigava a destruição e queima de documentos e registros referentes à escravidão no Brasil.

partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX. (MUNANGA, 2020, p. 54)

Nas décadas seguintes, a constituição do Estado nacional refletiu políticas conservadoras e novos processos de expulsão sob o discurso da modernização e embelezamento da cidade, que favoreceriam a indústria, a especulação de terras e a expansão urbana, intensificada na década de 1950 por fluxos migratórios em direção às regiões metropolitanas. Os reflexos são visíveis espacialmente por consideráveis avanços de expansão urbana para áreas de proteção ambiental através de loteamentos clandestinos em áreas periféricas distantes do centro e carentes de infraestrutura urbana e meios de transporte adequados, acarretando longas e precárias travessias diárias entre casa e trabalho.

Os contextos espaciais também são alterados pela evolução dos meios de transferência [transporte e comunicação] que marcaram as transformações espaciais da modernidade e criaram movimentos em rede e conexões cada vez mais velozes. As explosões demográficas em áreas metropolitanas determinaram a conformação de regiões polarizadas (MOREIRA, 2007) caracterizadas pela mobilidade territorial e pela diluição dos limites urbanos. A velocidade de circulação inaugurou uma política neoliberal e globalizada que determinou o rompimento de barreiras para a livre circulação de pessoas, mercadorias, informações e imagens que modificaram a percepção dos espaços porque estabeleceram uma disjunção entre o corpo e o ambiente construído, delineando uma incapacidade de mapeamento da enorme rede global de comunicação descentralizada (JAMESON 1997).

Atualmente, o fenômeno das expulsões, ainda em curso, é intensificado pelos desastres ambientais e pelas transformações políticas e econômicas que empobreceram classes médias (SASSEN, 2017), entretanto, o paradigma das expulsões ainda está bem delineado: os países do Sul Global abrigam 80% dos refugiados do mundo (2017) e a pandemia de covid-19 escancarou as desigualdades de serviços de saúde e acesso à vacinação.

Resistências

Por outro lado, os corpos possuem memórias e atravessamentos simbólicos que reverberam no espaço sob a forma de disputa e conflitos entre narrativas. No caso do Brasil, as narrativas e memórias dos povos em diáspora africana e dos povos originários que foram historicamente apagadas da narrativa oficial da cidade, resiste nos próprios corpos de seus descendentes. Nesse caso, o corpo torna-se espaço e representa o documento, a edificação e o monumento ausente dos territórios urbanos hegemônicos. O conceito de corpo-documento, cunhado pela historiadora Beatriz Nascimento (1989), sugere que, na impossibilidade de acesso a documentos e narrativas históricas sobre a diáspora e territórios africanos, o corpo negro seria a própria documentação histórica e a sua visibilidade permitiria que essa narrativa pudesse ser reconstruída e difundida entre seus sucessores. “É preciso a imagem para recuperar a



identidade, tem que se tornar visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro e em cada um o reflexo de todos os corpos. A invisibilidade está na raiz da perda da identidade (1989).

Para além dos documentos, existe uma memória ancestral inscrita nos próprios corpos e visível quando o olhar é direcionado para as histórias das cidades no Brasil, um país que foi invadido por europeus e que teve seu desenvolvimento ancorado ao genocídio da população originária e à diáspora africana. O corpo como documento representa a possibilidade de narrativa das memórias coletivas de lugares do Brasil que estão à margem das tradições hegemônicas. São espaços onde a rua ganha uma dimensão mais coletiva e é ocupada por coletivos culturais, pelos bailes, os *rolezinhos*, a conversa na esquina, os botecos com mesas para a rua. É também nesses espaços periféricos que mulheres negras moldam a realidade de diversas formas, improvisando lugares de cuidado e solidariedade entre vizinhanças e constituindo novas formas de se fazer política nas articulações com lideranças locais.

O mapeamento a partir de narrativas representa a possibilidade de registro de lugares para que novas travessias pudessem ser percorridas. Uma possibilidade pouco explorada na cartografia é o mapeamento de espaços transitórios, de deslocamentos, fronteiriços ou entre-lugares, nos limiares entre a vida pública e privada, entre o programado e o acaso. A visibilidade desses lugares a partir de suas narrativas pode contribuir para que o passado de violências e opressões - ainda em curso - seja revisado e para que processos de reterritorialização se estabeleçam, não simplesmente a partir da posse de um território, mas, fundamentalmente, pela atribuição da sensação de pertencimento ao lugar e isso envolve a possibilidade de mapear cognitivamente as diversas camadas de tempos, espaços e narrativas [presentes e passadas] inerentes ao seu corpo.

Travessias e Nós

A partir desta reflexão, a equipe Travessias propôs espacializar e espalhar os eventos da 13ª Bienal entre lugares que pudessem estabelecer narrativas através de deslocamentos e atravessamentos. Foram realizadas duas chamadas abertas para a escolha dos trabalhos que comporiam a exposição: Produções Insurgentes e Tramas e Costuras, esta última voltada à produção em instituições de ensino (básico, médio e superior). A proposta foi expandir o pensamento sobre a atuação da arquitetura para além do desenho, dando destaque aos processos, percepções e narrativas coletivas visibilizando zonas de exclusão, violência e vulnerabilidade, assim como, territórios de alteridade e resistência. Aos trabalhos selecionados na chamada, somaram-se um conjunto de convites pessoais e coletivos que responderam através de produções de arte ou arquitetura que dialogassem com os corpos e territórios. Além disso, a equipe de curadoria realizou o mapeamento de 40 lugares, intitulados **Nós**, na cidade de São Paulo que representassem situações de resistência frente aos apagamentos discutidos no recorte curatorial do evento. Parte desse mapeamento foi utilizado

para a produção de 9 travessias que ocorreram durante a 13ª Bienal, mas que poderiam ser revisitadas em momentos posteriores ao evento.

O movimento de atravessamento da cidade de São Paulo durante a 13BIA representou tanto o compartilhamento de urbanidades possíveis, quanto a oportunidade de reinterpretação de memórias coletivas ancestrais, a partir da metodologia dos deslocamentos, tão inerentes aos processos descritos anteriormente. As travessias foram percursos propostos que articularam as atividades coletivas e os espaços expositivos aos diferentes fragmentos da cidade, **Nós**, através de narrativas que possam reconstruir temporalidades por meio de levantamentos coletivos de memórias apagadas.

Algumas travessias simbolizam relações ancestrais entre corpo e território e resgatou percursos e lugares que frequentemente vão sendo apagados pelos próprios processos de urbanização da cidade. Uma delas, a Travessia Peabiru versou sobre questões relacionadas aos povos originários e a Travessia Bixiga, à população negra. Em ambas há um percurso narrativo de tempos e histórias coletivas que se reconstróem umas sobre as outras. Às narrativas das travessias, somam-se o conteúdo de oficinas e encontros, como por exemplo, a que ocorreu na aldeia indígena Tekoá Yvy-Porã, conduzida pela comunidade local e que trouxe importantes reflexões sobre as formas de viver e construir ancestrais, sobre os deslocamentos a que a população é sujeitada e sobre os reflexos que a especulação imobiliária gera nos territórios indígenas, no âmbito da preservação ambiental, mas sobretudo na preservação das memórias e culturas guarani no território da cidade de São Paulo.

A prática de visibilizar e inter cruzar espaços e narrativas poderia ser uma ferramenta que entrelace saberes e sentimentos extrapolando a dicotomia entre erudito e marginal, conformando uma “*estrutura de sentimentos*” (WILLIAMS, 1979), novas redes de atravessamentos que afetam e ensinam sobre novas formas de atuação, novas práticas, novas formas de vida e do viver em comunidade. Assim como no pensamento de Raymond Williams, a proposta para a 13ª Bienal pretendeu visibilizar os aspectos sutis ou apagados dos territórios pelas vias afetivas e corporais. Ao contrário das emoções, constituídas por vias sociais, culturais e históricas, os afetos são constituídos de matéria e estão em fluxos (VANDENBERGHE, 2017). A matéria de circulação dos afetos são os corpos através dos espaços e a visibilidade de todas as identidades e lugares seria, propriamente, a democracia (RANCIÈRE, 2007).

Estamos então definindo esses elementos como uma estrutura: como uma série, com relações internas específicas, ao mesmo tempo engrenadas e em tensão. Não obstante, estamos também definindo uma experiência social que está ainda em processo, com frequência ainda não reconhecida como social, mas como privada, idiossincrática, e mesmo isoladora, mas que na análise (e raramente de outro modo) tem suas características emergentes, relacionadoras e dominantes, e na verdade suas hierarquias específicas. Essas são, com frequência, mais reconhecíveis numa fase

posterior, quando foram (como ocorre muitas vezes) formalizadas, classificadas e em muitos casos incorporadas às instituições e formações (WILLIAMS, 1979, p. 134).

A programação da 13BIA pretendeu construir essa estrutura onde cada obra, evento ou atividade fosse capaz de contaminar ou afetar a outra. Trata-se de uma estrutura complexa onde temáticas similares aparecem sob diversos meios ou suportes e onde temáticas distintas são conjugadas para uma discussão transversal, como por exemplo a discussão sobre raça a partir da perspectiva do capacitismo ou a discussão sobre moradia a partir do viés LGBTfobia.

A interseccionalidade de pautas com a arquitetura se torna urgente na medida em que objetivos e ações se convergem. Se para compreensão das periferias brasileiras é necessário que se aborde sobre a escassez de infraestrutura, equipamentos urbanos e moradias de qualidade, é preciso que se ocupe sobre a indissociabilidade de que estes territórios são constituídos tendo como base uma estrutura racial constituída e desenvolvida a partir de estruturas conservadoras coloniais. Há que contabilizar que o extermínio de uma parte da população segue seu curso e que esta precisa se apoiar em estruturas espaciais e físicas que se criam, se modificam e se moldam para que sejam mantidas as estruturas sociais consolidadas.

Como separar corpo de território quando a permanência ou o direito ao deslocamento é um privilégio e quando as expulsões que determinaram a conformação espacial na colonialidade ainda são fenômenos em curso? Os territórios permanecem fragmentados e atravessados pela diversidade dos corpos, que continuamente sofrem vulnerabilidades materializadas na estrutura de seu corpo e de seu acesso e direito à cidade. Entre diversas consequências, tornam-se evidentes as tentativas de apagamento de suas culturas, a partir, principalmente, do silenciamento de suas narrativas.

As pessoas passam a maior parte do tempo entre pontos de referência fixos: do caminho a alguma parte, fazendo algo cercado-se de alguém. Em contraposição ao caráter finito de um princípio ou fim, o caminho como meta a ser buscada – seja um lugar ou uma condição – implica num movimento contínuo e persistente. Independentemente de seu ritmo ou condição, este movimento cria uma condição de fluxo permanente que transforma a percepção do tempo e do espaço. O resultado é um estado de transição sucessiva.

Uma intervenção que envolve o corpo tem seu movimento distinto de uma visita guiada que oferece uma rota concreta ou uma vista específica da travessia. A perseverança resulta da pessoa que enxerga uma viagem através da qualidade ritual do percurso. Alguns desses deslocamentos fazem do ato de mover-se seu objetivo último, enquanto outras, contam com a questão da memória e da associação para evocar uma leitura mais complexa desta travessia. Alguns conectam uma série de lugares ou acontecimentos desejáveis, enquanto

outros requerem uma troca mínima de escala ou ângulo de visão para oferecer um novo modo de ver o conhecido.

Uma viagem pode ser medida através da distância percorrida, pela energia empregada para realizá-la ou pelo tempo empregado. Em contrapartida, um percurso não apenas referencia dimensões físicas e temporais, como também sugere novas experiências, incitando uma reflexão.

Somente quando se enfatiza uma condição e se revela uma substância oculta é que se descobrem extratos que o território possui. A cidade é um componente denso, heterogêneo, formado por distintas matérias em vários níveis de transformação. Cada nível contém informação sobre sua origem e processo de formação. Além disso, há fragmentos de culturas, fenômenos naturais e histórias pessoais que permanecem latentes a espera de serem reveladas. Revelar é, de certo modo, colocar em descoberto o passado e o presente, deixando lacunas para serem preenchidas no futuro.

É possível, portanto, que a 13BIA tenha construído outros espaços. A palavra construção empregada aqui abandona completamente os materiais tradicionais de uma obra arquitetônica. A proposta vai muito mais pelo caminho de revelar o pré-existente e nesse sentido, ressaltam-se as múltiplas relações possíveis nas quais, o interesse não recai sob a qualidade do que será revelado, na medida em que uma obra pode ao mesmo tempo revelar um mal estar ou criar um bem estar físico e essas duas pontes interessam. O material para essa construção foi tão somente o corpo e a cidade que ao se chocarem produzem conflitos e reflexões. De maneira simples, seria uma forma de tornar visível a estrutura macro [cidade] através da estrutura mínima [o corpo].

O deslocamento de conceitos universalistas na teoria, ciências e práticas sociais e culturais poderia fazer emergir as formas de vida marginalizadas, restabelecendo relações de alteridade. Entretanto, não apenas consentindo o direito à diferença, mas, sobretudo, possibilitando o direito à opacidade (GLISSANT, 2008), que seria a possibilidade irreduzível de coexistir em suas diferenças e liberdades. A opacidade não seria aquilo que é obscuro, mas tudo aquilo que não pode ser igualado, ou, como define Hannah Arendt, a possibilidade de estar à “meia luz”, em um equilíbrio entre a esfera protegida da vida privada e a exposição dilacerada para a vida pública (CRARY, 2014).

Referências:

CRARY, J. 24/7 – **Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

GLISSANT, Édouard. **Pela opacidade**. São Paulo: Revista Criação & Crítica n.1, 53-55, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/64102>>. Acesso em: jul. 2022.

JAMESON, F. **Pós-modernismo: lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MOREIRA, R. **Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo**. Revista etc, espaço, tempo e crítica, v. 1, p. 55-70, 2007. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_ensinoGeografia2016/racioc%EDnio%20geogr%E1fico%20-%20ruy%20moreira.pdf>. Acesso em: ago.2021.

ÔRI. Direção: Raquel Gerber. Produção de Raquel Gerber. Brasil: 1989. Disponível em: <<https://tamandua.tv.br/filme/?name=ori>>. Acesso em ago. 2021.

RANCIÈRE, J. **A Partilha do sensível: estética e política**. Trad. Mônica Costa Neto, São Paulo, Ed. 34, 2009.

SASSEN, S. **Expulsões. Brutalidade e complexidade na economia global**. Trad. Angélica Freitas. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2016.

VANDENBERGHE, F. **Debate sobre a virada afetiva: ser ou não ser afetado**. In: SOCIOFILO. Blog do Sociofilo, Rio de Janeiro, 2 nov. 2017. Disponível em: <<https://blogdolabemus.com/2017/11/02/debate-ser-ou-nao-ser-afetado-por-frederic-vandenberghe/>>. Acesso em: ago.2021.

WILLIAMS, R. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, R. **Base e superestrutura na teoria cultural marxista**. In Revista USP n. 66, julho/agosto 2005, p. 210-225. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13448/15266>> Acesso em: ago.2021.